A Unificação Alemã (1871)

Tenente-general PilAv
Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos

Nota Prévia

Numa época em que a União (?) Europeia se deixa liderar pela Alemanha, julgou-se com interesse recordar como nasceu esta nação que, para o bem e para o mal, se afundou e reergueu duas vezes nos últimos 100 anos, destruindo consigo a Europa, e que, agora integral, em vinte e cinco anos, lidera a Europa segundo os seus desígnios.

1. Antecedentes remotos

Os séculos XVI e XVII, na Europa, foram marcados por "guerras religiosas", que na verdade traduzem as diversas disputas políticas e os interesses económicos existentes. O Sacro Império Romano-Germânico (SIRG) foi influenciado pela aparição da Reforma Protestante, pois existiam diferentes reinos na mesma região que eram dirigidos por príncipes de orientação católica e protestante. Essa diversidade em relação à religião implicou, muitas vezes, uma grande tensão política, em que os soberanos de uma determinada região não aceitavam a prática de uma religião contrária à deles.

Os conflitos religiosos ocorridos no espaço alemão e solucionados, em setembro de 1555, com a assinatura da Paz de Augsburgo, entre o SIRG, de Carlos V, e os estados alemães luteranos, inauguraram um período no qual cada príncipe podia impor a sua crença aos habitantes dos seus domínios.

Tal representou o enfraquecimento do poder imperial católico e o fortalecimento da nobreza, e de parte da burguesia, que havia aderido ao luteranismo e representava uma forma de oposição às tentativas do imperador em tornar-se absolutista, e trazia ainda a cobiça em relação às terras da Igreja.

O equilíbrio manteve-se enquanto os credos predominantes se restringiam à religião

católica e luterana, mas o advento do calvinismo complicou o cenário. Considerada uma força renovadora, a nova linha religiosa conquistou diversos soberanos. Os jesuítas e a Contra-Reforma, por outro lado, contribuíram para que o catolicismo recuperasse força. Assim nasceu o projecto expansionista dos Habsburgos, idealizado por Fernando, duque da Estíria, que fora educado pelos jesuítas. O perigo ameaçava, tanto as potências protestantes no Norte como a vizinha França. Em 1556, o imperador Carlos V abdicou e os territórios do SIRG foram divididos entre seu irmão, Fernando, que recebeu os domínios austríacos e germânicos, e seu filho, Felipe, que ficou com as demais regiões.

As fraquezas do Tratado de Augsburgo fizeram agravar as tensões religiosas e, no decurso do reinado do Imperador Rodolfo II (1576-1612), foram destruídas muitas igrejas protestantes. As liberdades religiosas dos crentes protestantes foram limitadas, nomeadamente, as relativas à liberdade de culto. Com a fundação da União Evangélica, em 1608, uma aliança defensiva protestante dos príncipes e das cidades alemãs, e a criação, no ano seguinte, da Liga Católica, uma organização semelhante, mas dos católicos romanos, tornava-se inevitável o recurso à guerra para tentar resolver o conflito latente, o qual foi desencadeado na Boémia.

Fonte: http://30anosdehistoria.blogspot.pt/2011_06_01_archive.html

Figura 1 – A Europa em 1618.

As rivalidades entre católicos e protestantes, e assuntos constitucionais germânicos, foram gradualmente transformados numa luta europeia. Apesar de os conflitos religiosos serem a causa direta da guerra, ela envolveu um grande esforço político da Suécia e da França para procurar diminuir a força da dinastia dos Habsburgos, que governava a

Áustria.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) é a denominação genérica de uma série de guerras que diversas nações europeias travaram entre si, a partir de 1618, especialmente os estados alemães, por motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. À medida que o conflito se desenhava, a luta foi influenciada por muitos outros temas colaterais, tais como as rivalidades e ambições dos príncipes alemães e a teimosia de alguns dirigentes europeus, sobretudo dos franceses e suecos, em abater o poderio do catolicíssimo SIRG, o instrumento político da família dos Habsburgos. Iniciou-se na região da Boémia, pertencente ao SIRG.

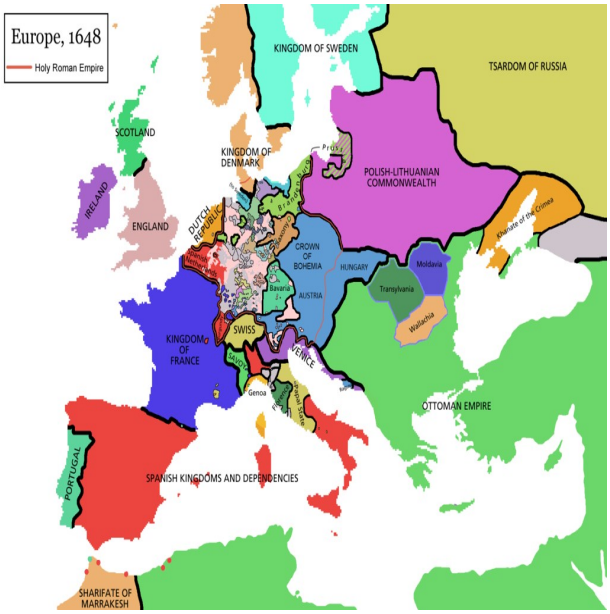
Os protestantes promoveram um levantamento na cidade de Praga, que acabou por despertar o interesse de outras nações anti-católicas em impedir a ampliação do poder dos Habsburgos, que era uma dinastia germânica interessada em combater o protestantismo no SIRG e ampliar o seu domínio político. Assim começava a guerra, que abrangeu as revoltas holandesas, depois de 1621, e se concentrou num confronto franco-Habsburgo, após 1635.

O papel de protagonista durante a Guerra dos Trinta Anos coube à França. No apogeu do conflito, o país chegou a firmar alianças com as Províncias Unidas, a Suécia, os príncipes alemães contrários à paz, a Confederação Helvética e alguns estados italianos. A diplomacia e os exércitos franceses obrigaram os Habsburgos a concentrarem-se nos territórios austríacos e a expandirem-se em direção ao Império Otomano, no Oriente. Na qualidade de árbitro do equilíbrio internacional, a França conseguiu alguns ganhos territoriais: tomou o Rossilhão à Espanha, tomou posse de toda a Lorena e de quase toda a Alsácia.

A Suécia ampliou o seu controle sobre o Báltico e a Espanha perdeu, não só os Países Baixos mas também a sua posição de domínio no oeste da Europa e o controle dos mares nas colónias americanas. Várias nações, entre as quais os Países Baixos e a Suíça, viram reconhecidas as suas independências.

As hostilidades causaram sérios problemas económicos e demográficos na Europa Central e tiveram fim com a assinatura, em 1648, de alguns tratados (Münster e Osnabrück) que, em bloco, são chamados de Paz de Vestfália.

A Paz de Vestfália significou a dissolução da antiga ordem imperial e permitiu o crescimento de novas potências nas suas partes componentes. Reconhecido como fundamento da constituição alemã, o tratado formou a base de todos os acordos seguintes até o desaparecimento definitivo do SIRG, em 1806.



Fontes: (1) https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe_map_1648-es.png

(2) http://30anosdehistoria.blogspot.pt/2011_06_01_archive.html

Figura 2 – A Europa em 1648.

A assinatura da paz ratificou as cláusulas do Tratado de Augsburgo de 1555, incluindo o calvinismo, garantindo a protestantes e católicos a liberdade de culto. Ao mesmo tempo, não só o equilíbrio de poderes no continente europeu se viu alterado, com a Espanha a ceder a posição dominante à França, como também certas fronteiras foram redefinidas.

Com o fim definitivo do poder do SIRG, as pequenas nações germânicas estavam arrasadas economicamente. A guerra havia sido cruel, e a Alemanha havia sido o campo de batalha. Era o início da hegemonia e da soberba francesas na Europa e do declínio do poder dos Habsburgo. Os estados alemães foram os únicos que saíram derrotados, arruinados e devastados. Os principais campos de batalha dos intermitentes conflitos foram as cidades e principados da Alemanha, que sofreram danos muito graves. Os cerca de 350 estados alemães levariam cerca de dois séculos para recuperarem por completo dessa guerra, atrasando a sua unificação.

2. Antecedentes próximos

Na sequência da Revolução Francesa, Napoleão atacou o SIRG dos Habsburgo, que sucumbiu. O Imperador Francisco II abdicou da coroa, em 1806. Em seguida, Napoleão

criou a Confederação do Reno (Baviera, Saxónia, Wurtenberg, Vestfália, etc.), sob protectorado francês. A Confederação foi dissolvida com a derrota de Napoleão e, após o Congresso de Viena, emergiu a Confederação Alemã.

O liberalismo que surgiu na Europa após as Guerras Napoleónicas ofereceu uma base intelectual para a unificação, desafiando os modelos políticos e sociais dinásticos e absolutistas. Economicamente, a criação da União Aduaneira Prussiana (*Zollverein*), em 1818, e a sua expansão posterior à Confederação Alemã, reduziu a competição entre os estados, e os meios de transporte emergentes facilitaram os negócios, levando a um maior contacto entre os falantes de alemão através da Europa Central.

O modelo das "esferas de influência diplomática", resultante do Congresso de Viena (1814-1815), consagrou o domínio austríaco na Europa Central. Porém, os negociadores de Viena não tiveram em atenção a força crescente da Prússia de Bismarck entre os estados germânicos e, por isso, não anteviram que esta confrontaria a Áustria para a liderança. Este "dualismo" definiu duas soluções para a unificação: a "pequena Alemanha" (sem a Áustria), ou "a grande Alemanha" (com a Áustria). Estabelecendo uma "pequena Alemanha", a unificação de 1871 resolveu, pelo menos temporariamente, o problema do "dualismo".

A unificação formal da Alemanha num estado-nação, política e administrativamente integrado, ocorreu oficialmente a 18 de Janeiro de 1871, em Versalhes, onde os príncipes dos estados germânicos se reuniram para proclamar Guilherme I da Prússia como Imperador, após a capitulação da França na Guerra Franco-Prussiana. Informalmente, a transição, de facto, da maior parte das populações de língua alemã numa organização federal de estados tinha vindo a desenvolver-se desde a dissolução do SIRG, em 1806, e o subsequente crescimento do nacionalismo após as Guerras Napoleónicas, através de alianças formais e informais entre príncipes. Este processo, contudo, durou quase um século, devido aos interesses próprios dos participantes. A unificação expôs diferenças e tensões, sugerindo que 1871 representou apenas um momento num contínuo de um processo mais amplo. Importa recordar que, desde antes de Carlos Magno, o Império tinha sido governado e organizado em mais de 500 pequenos reinos, que desenvolveram diferenças culturais, linguísticas e religiosas durante todos esses séculos. Mas a Alemanha do séc. XIX beneficiou de melhorias nos transportes e nas comunicações que uniram os povos numa malha cultural mais apertada.

3. Cronologia sumária

1804	Napoleão Bonaparte conquista os estados alemães da margem direita do Reno; forma-se a Confederação do Reno.

1806	Dissolução do SIRG, liderado pela Áustria dos Habsburgo; Francisco proclama o Império Austríaco; Napoleão agrupa os estados alemães na Confederação do Reno.
1815	Após a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena reafirma os estados alemães na Confederação Alemã, sob a liderança da Áustria.
1819	O reino da Prússia inicia uma união aduaneira com a Confederação.
1824	A união aduaneira evolui para o *Zollverein*, que inclui quase todos os estados da Confederação, excepto o Império Austríaco.
1848	Revoltas dentro da Confederação (Berlim, Dresden, Frankfurt, etc.) forçam o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, a conceder uma Constituição à Confederação; começa a surgir a ideia da unificação, recusada pelo rei da Prússia.
1861	Guilherme I torna-se rei da Prússia e nomeia Bismarck como Chanceler, que defende uma política de "sangue e ferro" para criar uma Alemanha unida, sob a liderança da Prússia.
1864	Começa a Guerra Dinamarca-Prússia, quando a Dinamarca incorpora o Schleswig-Hollstein no seu reino; o Império Austríaco é deliberadamente arrastado para esta guerra por Bismarck; a vitória leva o Schleswig para a Prússia e o Hollstein para a Áustria.
1866	Bismarck acusa o Império Austríaco de fomentar desordens no Schleswig; tropas prussianas invadem o Hollstein e dominam-no; a Áustria declara guerra à Prússia e dá início à Guerra Autro-Prussiana, de que sai derrotada; é dissolvida a Confederação Alemã e a Prússia cria a Confederação Alemã do Norte, que exclui apenas os reinos meridionais da Baviera, Baden e Wuttenberg, pró-franceses.
1870	Bismarck anexa os reinos meridionais quando o imperador francês, Napoleão III, exige a entrega dos territórios da margem Leste do Reno, em troca da sua neutralidade na guerra Austro-Prussiana. Napoleão III declara guerra à Prússia.
1871	Termina a Guerra Franco-Prussiana com a vitória da Prússia; a Baviera, Baden e Wurtenberg são incorporados na Confederação Alemã do Norte; Guilherme I é proclamado imperador *(kaiser*).

4. A Europa Central alemã no início do séc. XIX. O aparecimento do "dualismo"

Antes de 1806, a Europa Central que falava alemão incluia cerca de 350 entidades políticas, a maioria as quais pertencia ao SIRG: desde pequenos e complexos territórios da família Hohenlohe a reinos bem definidos e maiores, e reinos como a Prússia, Wurtenberg e a Baviera, passando por cidades imperiais (*i.e.,* Augsburgo) e territórios eclesiásticos (*i.e.,* Colónia). Todos estes príncipes escolhiam chefes sucessivos da casa de Habsburgo para Imperador do SIRG.

Sob o domínio napoleónico (1804-1814), o nacionalismo cresceu nos estados alemães. A língua comum pode ser vista como a base de uma nação, mas era necessário mais do que isso para unificar aquelas centenas de entidades. A desastrosa invasão da Rússia, que incluiu cerca de 125.000 tropas alemãs, e o "sistema continental" napoleónico quase arruinou a economia da Europa Central, encorajando muitos alemães a sonhar com uma Europa Central livre da influência de Napoleão.

O Congresso de Viena estabeleceu um sistema político-diplomático na Europa baseado no equilíbrio de poder. O sistema reorganizou o continente em "esferas de influência" que, nalguns casos, suprimiu as aspirações de várias nacionalidades, tais como os alemães e os italianos. O Congresso estabeleceu uma Confederação Alemã, liderada pela Áustria, mas esta não levou em consideração o surgimento da Prússia na política imperial, no final do séc. XVIII. Desde que o príncipe de Brandenburg se tornou rei da Prússia, o seu poder consolidou-se, e tornou-se mais evidente com Frederico o Grande, após a Guerra Austro-Prussiana. O "dualismo" austro-prussiano estava firmemente enraizado na política imperial.

O aparecimento do nacionalismo alemão, estimulado pelo jugo napoleónico, e junto inicialmente com o liberalismo, alterou as relações políticas, sociais e culturais nos estados germânicos. Cresceu um sentimento de unidade entre os falantes de alemão. Promessas implícitas, ou mesmo explícitas, de maior participação popular no processo político, criaram expectativas sublimadas em organizações radicais de estudantes.

5. A colaboração económica: A União aduaneira

Outra instituição essencial para a unificação foi o "*Zollverein*", coligação de estados alemães, formada para gerir tarifas e políticas económicas nos seus territórios e que ajudou a criar um maior sentimento de união económica. Nos trinta anos seguintes ajudou a reduzir barreiras proteccionistas entre os estados, melhorou o transporte de matérias-primas e bens acabados, tornando mais fácil movimentar as mercadorias entre fronteira territoriais e menos caro comprar, transportar e vender matérias-primas. Este

processo foi particularmente importante para os centros industriais emergentes, a maior parte dos quais se localizavam nos vales do Reno, do Ruhr e do Sarre. Em 1866, incluía a maioria dos estados.

No início do séc. XIX, as estradas alemãs estavam tremendamente deterioradas, face ao constante movimento de grandes unidades militares. Os estados alemães foram, nessa altura, uma encruzilhada militar. As estradas começaram a melhorar significativamente, graças à invenção do "macadam". Em 1835, afirmava-se que as estradas eram "as veias e artérias do corpo político" e previa-se que promoveriam "a liberdade, a independência e a prosperidade". Hotéis, comboios, restaurantes e locais aprazíveis, como as termas de Baden-Baden, facilitavam o contacto social. O transporte fluvial também melhorou. Após 1820, os barcos a vapor cruzavam o Reno, substituindo o sistema arcaico de homens e animais a puxá-los. Em 1848, 180 barcos a vapor sulcavam os rios alemães e o Lago de Constança, e uma rede de canais estendia-se do Danúbio ao Elba e ao Mar Báltico.

Mas mais importante do que estes melhoramentos foi o impacto dos caminhos de ferro, considerado pelos historiadores como o primeiro indicador de um estado unificado. Entre 1835 e 1860, foram construídos mais de 11000 kms de ferrovias. À medida que a rede se expandia, tornou-se mais barato transportar bens. Por exemplo, as matérias-primas podiam movimentar-se em todo o vale do Ruhr sem transbordos. A rede ferroviária encorajou a actividade económica, criando procura e facilitando o comércio. Em 1870, os caminhos de ferro transportavam quatro vezes mais carga do que os navios.

6. O liberalismo e a resposta aos problemas económicos

Vários factores complicaram a ascensão do liberalismo nos estados alemães. Os factores humanos incluíam rivalidades políticas entre membros da Confederação, particularmente entre prussianos e austríacos, e a competição sócio-económica entre os interesses comerciais e mercantis, e os velhos interesses dos agricultores e aristocratas.

As alterações trazidas pela industrialização e pela manufactura faziam com que as pessoas a procurarem trabalho nas cidades, deixando as suas vilas e aldeias durante a semana, regressando apenas durante um dia e meio nos fins de semana. O deslocamento económico, social e cultural da população, a dureza de uma economia em transição, e as pressões dos desastres meteorológicos que trouxeram a fome à Europa Central, na década de 1840, contribuíram todos para aumentar os problemas. As autoridades ficaram preocupadas com a crescente agitação social e política entre as classes trabalhadoras e o desinteresse da "*intelegentsia*". Além disto, era cada vez mais evidente que, quer a Áustria quer a Prússia, queriam ser os líderes de qualquer unificação e que cada um poria entraves às iniciativas do outro.

7. Esforços de unificação

A agitação social de 1848-1849 que fez parte de levantamentos ocorridos em vários estados europeus, aspirava a uma Alemanha unificada sob uma única constituição e contra as estruturas políticas autocráticas. Os movimentos revolucionários pressionaram os governos dos vários estados, particularmente na Renânia, para uma assembleia parlamentar que teria a responsabilidade de redigir uma constituição. Esperavam que esta estabelecesse um sufrágio masculino universal e um parlamento nacional permanente. O parlamento de Frankfurt aprovou uma constituição e ofereceu o título de Imperador ("*kaiser*") ao rei da Prússia, Frederico Guilherme IV. Este recusou por várias razões: publicamente, afirmou que não podia aceitar uma coroa sem a aprovação dos estados; temia também a intervenção da Áustria e da Rússia; e não era do seu gosto aceitar uma coroa de um parlamento, "uma coroa de barro". Os liberais não conseguiram a unificação, mas muitas das suas ideias e propostas foram mais tarde incorporadas nos programas sociais de Bismarck.

Após o Parlamento de Frankfurt ter sido dissolvido, o rei da Prússia apoiou a formação da União de Erfurt, uma federação de estados alemães, que excluía a Áustria, com o acordo dos respectivos príncipes. Esta união limitada sob a liderança da Prússia teria eliminado quase totalmente a influência da Áustria, mas a pressão diplomática conjunta desta e da Rússia, ao abrigo dos acordos sobre "esferas de influência" do Congresso de Viena, forçou a Prússia a recuar, e a Confederação Alemã foi restaurada sob a liderança austríaca. Estes acontecimentos revelaram que a unificação alemã era uma questão de "quando" e não de "se" ocorreria, e o "quando" era um problema de força e poder. Um político de então afirmou: "*não podemos esconder que a 'questão alemã' é uma simples alternativa entre a Prússia e a Áustria. Não é uma questão constitucional, mas sim de poder, e a monarquia prussiana é totalmente alemã, ao passo que a austríaca pode não ser.*"

A unificação nestas circunstâncias levantava um problema diplomático. A possibilidade da unificação alemã (ou italiana!) destruía as "esferas de influência" criadas no Congresso de Viena, que tinha concebido uma Europa equilibrada e garantida por quatro "grandes poderes": Grã-Bretanha, França, Rússia e Áustria, cada uma com uma esfera de influência geográfica: a da França incluía a Península Ibérica e parte dos estados italianos; a da Rússia incluía a Europa de Leste e os Balcãs; a da Áustria abarcava a Europa Central e os territórios do extinto SIRG; a da Grã-Bretanha era o resto do mundo, especialmente os mares. Este sistema assentava na fragmentação dos estados italianos e alemães, não na sua consolidação. Em consequência, uma nação alemã unida apresentava questões geopolíticas significativas, pois não se sabia ao certo qual a sua extensão e quais as suas fronteiras.

Outros nacionalistas, tais como Giuseppe Garibaldi e Giuseppe Mazzini, tinham grandes

expectativas na unificação alemã. Garibaldi olhava para os alemães como "o género de liderança que eliminasse injustiças, apoiando os fracos, sacrificando ganhos momentâneos e vantagens materiais". Mazzini, refugiado em Berna com outros refugiados de Itália e Polónia, sonhava com uma "Jovem Europa", baseada no conceito da liberdade individual, herdado da Revolução Francesa, e aspirando a uma nova revolução para a liberdade nacional, uma espécie de Europa federal que destronasse os acordos do Congresso de Viena, que tinha restabelecido uma hegemonia opressiva de um pequeno grupo de grandes potências e bloqueava a aparição de nações mais pequenas.

8. A ascensão da Prússia

A convergência da liderança na política e na diplomacia em Bismarck, deixou a reorganização do exército para Von Roon, Ministro da Guerra, e a redefinição dos princípios estratégicos e operacionais para Von Moltke, Chefe do Estado-Maior. Quando, em 1857, Frederico Guilherme IV teve um ataque cardíaco e ficou incapaz de governar, seu irmão Guilherme tornou-se regente e Bismarck Ministro-Presidente.

A Guerra da Crimeia (1854-55) e a Guerra Italiana (1859) abalaram as relações entre as quatro grandes potências europeias. Após a confusão gerada, a convergência das ideias de Von Moltke, Von Roon e Bismarck influenciaram o realinhamento do equilibrio de poderes europeu e a Prússia tornou-se o líder dos alemães. "*As grandes questões não serão resolvidas por discursos e decisões por maioria*", afirmou Bismarck. Três episódios foram fundamentais para a unificação administrativa e política dos alemães. Em primeiro lugar, a morte do rei da Dinamarca sem descendência masculina levou à 2.ª Guerra do Schleswig, em 1864. Em segundo lugar, a unificação da Itália deu à Prússia um aliado contra a Áustria na Guerra Austro-Prussiana, em 1866. Por fim, a França declarou guerra à Prússia, em 1870, o que resultou na Guerra Franco-Prussiana.

O primeiro episódio na história da unificação alemã foi "a questão do Schleswig-Holstein". Quando, em 1863, o rei da Dinamarca aprovou uma nova constituição e declarou o Schleswig-Holstein parte da Dinamarca, a Confederação Alemã considerou tal acto como uma violação do Protocolo de Londres, de 1852. Tropas prussianas e austríacas entraram no território e subjugaram facilmente os dinamarqueses.

9. A Guerra Austro-Prussiana

O segundo episódio nos esforços de unificação de Bismarck ocorreu em 1866. A Prússia assinou um tratado secreto com a recém-formada Itália, em que cada estado apoiaria o

outro numa guerra contra a Áustria, criando um ambiente diplomático em que a Áustria teve de declarar guerra à Prússia. Entretanto, o delegado prussiano à Assembleia de Frankfurt apresentou uma proposta para uma constituição nacional, uma assembleia nacional eleita directamente e sufrágio universal masculino.

Em 1866, surgiram notícias de movimentações de tropas italianas no Tirol e na fronteira Norte do Veneto. A Áustria decretou mobilização parcial no Sul e a Itália respondeu com a mobilização total. Guilherme da Prússia, por seu lado, deu o comando das forças militares a Von Moltke, que iniciou a mobilização total. No Parlamento, vários estados (Baviera, Wurtenberg, Baden, Hesse, as Saxónias, etc.) rejeitaram a mobilização na Confederação. Estados que apoiavam a unificação, opunham-se a uma guerra com a Áustria, e os estados católicos do vale do Reno, nomeadamente Colónia, e a região altamente populosa do Ruhr, continuavam a apoiar a Áustria. Porém, a Áustria enfrentava a ameaça do exército prussiano, tecnologicamente muito superior. Apesar da promessa de apoio da França, este chegou demasiado tarde.

A Prússia anexou Hannover, Hesse-Kassel, Nassau e Frankfurt. Os estados ao sul do rio Main (Baden, Wurtenberg e Baviera) assinaram acordos separados com a Prússia e ficaram na sua esfera de influência e protecção. A Áustria e a maioria dos seus aliados foram excluidos da Confederação Alemã do Norte, criada por Bismarck. A Áustria perdeu também o Veneto para a Itália.

O fim do domínio austríaco sobre os estados alemães fez com que as suas atenções se virassem para os Balcãs. O imperador Francisco José deu aos seus súbditos húngaros um estatuto igual ao dos seus súbditos austríacos, criando a Monarquia Dual da Áustria-Hungria.

A França sentiu também a vitória prussiana e um crescente clima anti-prussiano foi crescendo, levando à Guerra Franco-Prussiana.

10. A Guerra Franco-Prussiana

Napoleão III tinha tentado compensações de ambas as partes, antes e depois da Guerra Austro-Prussiana, mas acabou por não obter nada. Esperou então que a Áustria se lhe juntaria numa guerra de vingança contra a Prússia e que os seus antigos aliados a sul do rio Main se juntariam à sua causa. Tudo se mostrou infrutífero. Em vez de uma guerra de vingança apoiada pelos seus aliados, a França entrou sozinha na guerra contra todos os estados alemães.

A reorganização do exército prussiano, levada a cabo por Von Roon e Von Moltke, teve grande impacto na guerra. A velocidade de mobilização prussiana surpreendeu os franceses, e a sua capacidade de concentrar poder de combate em pontos específicos (tal

como Napoleão, setenta anos antes) arrasaram a mobilização francesa. Utilizando a sua eficiente rede ferroviária, as tropas prussianas foram colocadas nas zonas de combate frescas e prontas a combater, ao passo que os franceses tinham de marchar distâncias consideráveis para as alcançar. A guerra foi rápida, Napoleão III capturado e todo o seu exército feito prisioneiro.

Em 1870, três lições importantes da Guerra Austro-Prussiana se tornaram evidentes. A primeira foi que, através da força das armas, um estado poderoso podia desafiar as velhas alianças e esferas de influência estabelecidas em Viena, em 1815. A segunda, mostrou que um líder hábil podia criar, através de manobras diplomáticas, um ambiente e uma situação na qual um estado rival se veria obrigado a declarar a guerra primeiro, forçando os estados aliados do "agredido" a vir em seu auxílio. Por fim, a maioria dos estados alemães que se tinham oposto à Prússia, em 1866, estavam agora na esfera prussiana, por convicção ou por coacção. Foi assim que Bismarck, manipulando inteligentemente a política europeia, "obrigou" a França a fazer o papel de agressor.

11. A proclamação do Império Alemão

A humilhante capitulação e captura de Napoleão III, e a perda de todo o exército, trouxe muita agitação e revolta, e foi proclamada a 3.ª República. Contudo, o novo governo francês recusou a rendição e o exército prussiano sitiou e isolou Paris durante mais de quatro meses.

Em Janeiro de 1871, Guilherme foi proclamado Imperador (*kaiser*) alemão em Versalhes, a França perdeu a Alsácia-Lorena e pagou uma indemnização igual à que Napoleão Bonaparte impôs à Prússia em 1807.

A vitória sobre a França foi o alicerce do tema do nacionalismo. Na primeira metade da década de 1860, a Áustria e a Prússia disputavam o papel de falar pelos estados alemães e de proteger os seus interesses no estrangeiro. Após a vitória sobre a Áustria, a Prússia começou a afirmar a sua autoridade e, com a vitória sobre a França, assumiu a liderança do novo império, tendo os estados meridionais sido oficialmente incorporados na Alemanha unificada.

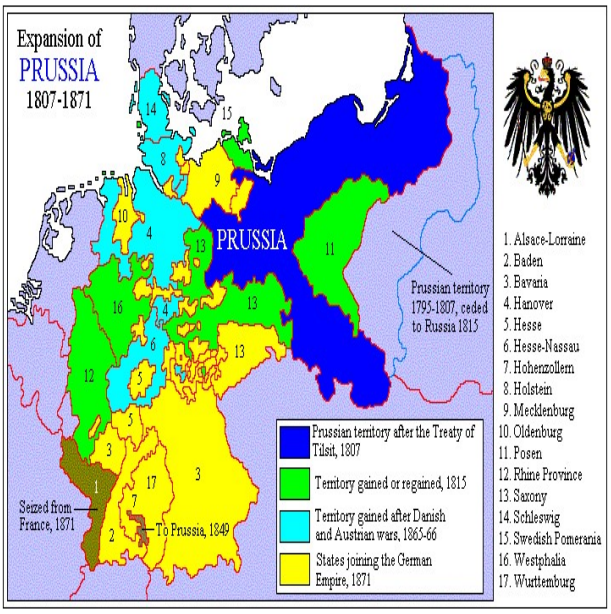
Quadro 1 – Estados que constituíram o Império Alemão

Reinos	**Prússia, Baviera, Saxónia, Wurtenberg**

Principados	Lippe, Reuss-Gera, Reuss-Greiz, Schaumburg-Lippe, Schwarzburg-Rudolstadt, Schwarzburg-Sondershausen, Waldeck-Pyrmont.
Grão-Ducados	Baden, Hesse, Mexklenburg-Schwerin, Mcklenburg--Strelitz, Oldenburg, Saxe-Weimar-Eisenach.
Ducados	Anhalt, Brunswick, Saxe-Altenburg, Saxe-Coburg e Gotha, Saxe-Meiningen.
Cidades hanseáticas	Bremen, Hamburgo, Lubeck.
Território imperial	Alsácia-Lorena.

O novo Império Alemão incluía vinte e seis estados, incluindo três cidades hanseáticas. Mas unificar vários estados numa nação requeria mais do que vitórias militares, apesar destas elevarem o moral. Requeria também repensar os comportamentos políticos, sociais e culturais, e a construção de novos conceitos do “nós” e do “eles”.

A Constituição da Confederação Alemã do Norte, de 1866, foi ajustada e tornou-se na Constituição do Império Alemão, adquirindo algumas facetas democráticas, nomeadamente a Dieta (Parlamento) Imperial, cuja representação era na base de eleições por sufrágio directo e universal masculino, acima de vinte e cinco anos. A Prússia nomeava o Chanceler Federal, que era responsável apenas perante o imperador. Os Secretários de Estado actuavam como ministros oficiosos das várias pastas. A Dieta Imperial tinha o poder de aprovar, emendar ou rejeitar propostas de lei, mas não de iniciar legislação. Os outros estados mantiveram os seus governos, mas as forças militares dos estados mais pequenos passaram para o controlo da Prússia. As dos estados-maiores (*i.e.*, Baviera e Saxónia) mantiveram alguma autonomia, mas sofreram as reformas necessárias para coordenar com os princípios militares prussianos e passaram para o controlo federal em caso de guerra.



Fonte:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Pr%C3%BAssia#/media/File:Acprussiamap3.png

Figura 3 – Expansão da Prússia (1807-1871).

12. Anatomia social do Império

Vários historiadores alemães atribuem as dificuldades do séc. XX às fracas bases políticas, legais e económicas do novo império. As elites rurais prusianas, os "*junkers*", detinham uma parte substancial do poder político no estado unificado. Aqueles historiadores atribuíram esse poder à ausência de uma ruptura revolucionária na classe média, ou numa combinação de trabalhadores urbanos e rurais. Porém, estudos recentes sobre o papel da grande burguesia (banqueiros, mercadores, industriais e empresários) na construção do novo estado refutam o domínio político e económico dos "j*unkers*" como grupo social. Este estudo demonstrou a importância das classes mercantis das cidades hanseáticas e a liderança industrial dos estados do Reno no desenvolvimento da Alemanha. Apeser dos "*junkers*" formarem a maioria do corpo de oficiais, não dominavam as matérias políticas, sociais e económicas, pois tinham na grande burguesia dos estados ocidentais e nas classes profissionais emergentes (burocratas, professores, médicos, advogados e cientistas), grupos equilibradores de poder.

Contudo, como vieram a descobrir, discursos inflamados, bandeiras e multidões entusiasmadas, uma Constituição e uma reorganização política não eram suficientes para formar uma nação. Um elemento-chave para tal era a criação de uma cultura nacional, que acompanhasse as unificações política, económica e administrativa.

Tal como as minorias polaca e francesa, os judeus eram uma população vulnerável no novo estado alemão. Tinham alcançado a emancipação do imperador do SIRG, José, que lhes tinha concedido alguns privilégios económicos e legais que os judeus dos outros estados alemães não tinham. Podiam frequentar as universidades, possuir terras e ter profissões. Napoleão tinha também ordenado a "emancipação dos judeus". Na altura da unificação já tinham um papel importante nos alicerces na vida social, profissional e intelectual alemã. A expulsão dos judeus da Rússia, nos anos 1880 e 1890, por Catarina "a Grande", complicou a sua integração na esfera pública. Os judeus russos chegaram aos milhares, muito menos educados e muito mais pobres, o que desanimou os judeus germanizados.

13. O desenvolvimento industrial

A partir dos meados do séc. XIX, os estados alemães industrializaram-se rapidamente, especialmente nas áreas do carvão e do ferro. Tornaram-se também predominantemente urbanos. O Império Alemão, durante os quarenta e sete anos da sua existência, tornou-se um gigante industrial, tecnológico e científico, ganhando mais Prémios Nobel na ciência do que Grã-Bretanha, França, Rússia e EUA juntos, um terço da totalidade. Ergueu o exército mais poderoso do mundo e uma rede ferroviária de grandes dimensões.

Durante trinta anos, a Alemanha lutou contra Grã-Bretanha e a França para ser o líder do poder industrial, apesar de todos estarem atrás dos EUA.

Com Bismarck, a Alemanha foi o inovador mundial na construção do "estado social". Os trabalhadores tinham benefícios na saúde, nos acidentes e na maternidade, cantinas e um esquema nacional de pensões. Pouco preocupado com as políticas das potências europeias, levou a cabo uma evolução económica e política que levou a Alemanha a tornar-se no líder industrial da época.

A industrialização progredia com grande dinâmica e os fabricantes alemães começaram a capturar os mercados domésticos às importações inglesas, e também a competir com elas no estrangeiro, particularmente nos EUA. Na época da unificação, as indústrias téxtil e dos metais ultrapassaram as britânicas em organização e em eficiência técnica. A Alemanha tornou-se na maior potência económica do continente e, a seguir à Grã-Bretanha, a segunda maior potência exportadora.

A Alemanha investiu bastante mais do que a Grã-Bretanha na investigação, especialmente na química, nos motores e na electricidade.

Fonte: Jacques Pirenne. *As grandes correntes da História Universal,* Vol. 2, p. 541

Figura 4 – Mapa da Europa Central no fim da Guerra dos Trinta Anos, mostrando a fragmentação, que resultou em descentralização.

Em 1900, a indústria química alemã dominava o mercado mundial de tintas sintéticas. As três maiores firmas (BASF, Bayer e Hoechst) começaram também a explorar as áreas dos fármacos e dos produtos e químicos para a agricultura.

Em 1888, Guilherme I morreu aos 91 anos, deixando seu filho Frederico III no trono. Este, porém, morreu meses depois de um cancro na laringe, e seu filho, Guilherme II tornou-se imperador. Foi o “ano dos 3 imperadores”.

14. Política externa

Na política externa, Bismarck tentou evitar uma aliança entre a França e a Rússia, que cercaria a Alemanha (como aconteceu em 1914). Manteve relações amistosas com a Rússia e formou uma aliança com ela e com a Áustria-Hungria, então reduzida apenas a um satélite alemão (Liga dos três Imperadores). Não era um entusiasta da corrida às colónias, sendo mais favorável a uma política externa eurocêntrica. Era também favorável, e Guilherme II após ele, a uma ligação económica estreita com o Império Otomano. A construção do caminho de ferro Berlim-Bagdade, a partir de 1900, financiada por bancos alemães, foi idealizada para ligar a Alemanha ao Império Otomano e ao Golfo Pérsico, mas tal colidia com os interesses geoestratégicos da Grã-Bretanha e da Rússia.

Guilherme II queria que a Alemanha tivesse o seu "lugar ao sol". Com comerciantes activos em todo o mundo, encorajou os esforços coloniais em África e no Pacífico, competindo assim com as outras potências europeias pelos restantes "territórios não reclamados". As colónias capturadas pela Alemanha nos anos de 1880 nunca se tornaram num império colonial com valor. Interessaram sobretudo os missionários. Englobavam a Nova Guiné alemã (hoje Papua-Nova Guiné), as ilhas Marianas, Carolinas e Samoa, no Pacífico, a concessão Kiautschoua, na China, junto ao Mar Amarelo, a Togolândia (Togo), os Camarões, o Tanganika (parte continental da Tanzânia, Ruanda e Burundi) e a África Alemã de Sudoeste (Namíbia), em África. As pequenas colónias alemãs em África e no Pacífico em nada se comparavam às possessões britânicas e francesas, e apenas o Togo e Samoa eram lucrativas.

Após a demissão de Bismarck, em 1890, Guilherme II e os seus conselheiros cometeram uma série de erros diplomáticos em política externa, que deixaram o Império isolado. Permitiram que o tratado com a Rússia caducasse, ficando apenas com um único aliado, a Áustria-Hungria, e o seu apoio à anexação da Bósnia-Herzegovina, em 1908, azedou ainda mais as relações com a Rússia. Perdeu também a oportunidade de ter uma aliança com a Grã-Bretanha nos anos de 1890, quando esta estava em disputa colonial com a França em África, e agravou a situação com o seu apoio aos "*boers*" na Guerra da África do Sul. Em 1911, a Alemanha causou alarme internacional ao enviar um navio de guerra para Agadir, no Marrocos francês. Por essa altura, Guilherme II tinha destruído completamente o cuidadoso equilíbrio de poder conseguido por Bismarck, e a Grã-Bretanha juntou-se à França na "*Entente Cordiale*".

15. Conclusão

O Império Alemão caracterizou-se pelo modernismo e pelo tradicionalismo. O seu início marcou o começo de um "casamento tormentoso" entre democracia e monarquia no qual a influência do "*kaiser*" nos assuntos de estado esteve muitas vezes em discussão.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Alem%C3%A3o#/media/File:Deutsches_Reich_(1871-1918)-de.svg

Figura 5 – Figura 5 – Império Alemão (1871-1918).

Enquanto as outras monarquias europeias progrediam para monarquias constitucionais, Guilherme II reafirmava e consolidava as suas prerrogativas, decisão que o levou a conflitos com Bismarck. A diferença fundamental entre eles era o modo de resolver as crises políticas, internas e externas. A relação conflituosa terminou em 1890, quando o chanceler se demitiu. Com a sua saída, Guilherme II tornou-se no líder dominante e absolutista do país, revelou rapidamente ambições hegemónicas e, também mal aconselhado, levou a Alemanha a uma série de erros fatais que culminaram na I Guerra Mundial.

A Alemanha tornou-se na principal potência europeia, entre 1871 e 1914. A população cresceu 65% e produzia então duas vezes mais aço do que a Grã-Bretanha.

Bibliografia

BONNEY, Richard – “The Thirty Years War 1618.1648”, Osprey, 2002.

BLACKBURN, David – “The long 19th century: a history of Germany, 1780-1918”, Oxford University Press, 1998.

HOWARD, Michael Eliott – “The Franco-Prussian War: the german invasion of France 1870-1871”, N. York Mac Millan, 1961.

KAMEN, Henry – The economic and social consequences of the Thirty Years War”, Past & Present, 1968.

KANN, Robert A. – “History f the Habsburg Epire, 1526-1918”, Los Angeles, 1974.

NIPPERLEY, Thomas – “Germany from Napoleon to Bismarck, 1800-1866”, Princeton University Press, 1996.

SHEEHAN, James J. – “German History, 1780-1866”, Oxford University Press, 1989.

SPERBER, Jonathan – “The european revolutions 1848-1851: New approaches on european history”, Cambridge University Press, 1984.

ZAMOYSKI, Adam – “Rites of peace: the fall of Napoleon and the Congress of Vienna”, N. York, 2007.

en.wikipedia.org/wiki/Unification_of_Germany.

* Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.